RESUMO
Neste artigo, o desenvolvimento da inclusão social na primeira infância refere-se às possibilidades proporcionadas por meio do brincar, como competência social para promover a interação entre crianças que possuem características diversas, por isso, a importância de estimular o brincar no ambiente social, cultural e educacional para gerar possibilidades de participação, aprendizagem e desenvolvimento de crianças com e sem defi-i ciência. A abordagem básica é incentivar as crianças a se sentirem socialmente competentes em suas interações lúdicas, mantendo relações sociais positivas que impliquem inclusão. A necessidade de examinar uma abordagem abrangente que aborde conjuntamente o desenvolvimento da brincadeira e diferentes formas de inclusão nas interações na primeira infância é pertinente. Este artigo discute estratégias de monitoramento e implementação de experiências lúdicas destinadas a promover a inclusão, oferecendo a possibilidade de acompanhamento a crianças e suas famílias, a fim de provocar respostas oportunas às exigências da participação lúdica inclusiva com outras pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Inclusão. Interações Lúdicas.

INTRODUÇÃO

O Objetivo Geral deste artigo é descrever a prática pedagógica direcionada a possibilitar a aprendizagem significativa da Inclusão na Educação Infantil.
A Questão Problema é: Como deve ser a prática pedagógica para possibilitar uma aprendizagem significativa da Inclusão na Educação infantil?
As Instituições educacionais precisam se empenhar na elaboração de métodos didáticos que auxiliem na formação de uma nova modalidade de sabedoria e abordagens inéditas, isentas de discriminação.
É imprescindível adotar uma atitude de apreciação que englobe a pluralidade. Torna-se essencial que tais instituições reavaliem suas ações segregadoras e estejam dispostas a realizar ajustes necessários para superar a questão da inclusão.
Considerando o papel crucial dos educadores na realização de iniciativas que efetivamente levem a um Ensino Inclusivo, os mesmos precisam adotar uma atitude perante o processo de integração dos jovens com requisitos específicos.
O dilema abordado neste artigo procura demonstrar que a educação inclusiva é conceituada como um "conjunto de ações que visa facilitar o sucesso de todos os alunos no sistema educacional, em uma escola que seja e deva ser para todos" (ARNAIZ et al., 2007, p. 4).
Acredita-se que atualmente o conceito de inclusão educacional não se restringe apenas a grupos de indivíduos com deficiência ou imigrantes, mas também engloba questões de raça, etnia, classe social, aprendizado de idiomas, diversidade religiosa, gênero, diferentes ritmos de aprendizagem e interesses dos alunos. Portanto, é importante que as políticas de inclusão educacional considerem esses aspectos.

A TRANSFORMAÇÃO DAS ESCOLAS

É incontestável que todos somos únicos. Nas escolas, ocorreu uma transformação significativa, passando da uniformidade nas salas de aula para a diversidade, onde cada aluno apresenta características e necessidades distintas dos colegas. Nesse sentido, é necessário abandonar a perspectiva de que a educação inclusiva se destina exclusivamente a um grupo específico de indivíduos - os estudantes com deficiência - pois, na realidade, seu objetivo é transformar os sistemas educacionais para que todos os alunos tenham oportunidades comparáveis e de qualidade para desenvolver plenamente sua personalidade.
Se desde cedo todos os cidadãos tivessem a oportunidade de conviver diariamente com pessoas que possuem lesões cerebrais, deficiência visual, deficiência auditiva, síndrome de Down, síndrome de Williams e outras condições, eles aprenderiam que a variedade é comum. Seria considerado usual ter pessoas com

síndrome de Turner, indivíduos surdos que não ouvem e crianças cegas que necessitam de mais tempo para ler um texto.
Segundo Ainscow (2012), uma escola inclusiva é aquela que valoriza o ensino e a aprendizagem, o desempenho, as atitudes e o bem-estar de todos os alunos. Embora o sistema educativo se baseie nos princípios de qualidade, equidade e igualdade de oportunidades, as escolas ainda enfrentam várias barreiras que precisam ser superadas para se tornarem verdadeiramente inclusivas.
Isso indica que é crucial que as políticas educativas priorizem a formação dos professores em relação à diversidade e à inclusão educativa. A educação inclusiva deve envolver um processo de educação e capacitação dos sistemas educativos, das escolas e dos professores.
A educação integradora tem alcançado avanços notáveis em diferentes aspectos ao longo de sua trajetória. No entanto, no Brasil, ainda existem muitas instituições de ensino que adotam práticas excludentes, segregadoras e conservadoras.
Essa situação contribui para a existência de muitas dificuldades na educação, resultando em um sistema educativo diferenciado e não igualitário, desde a educação primária até as instituições de ensino superior. A integração educativa tem gerado incertezas e dúvidas entre os profissionais da educação há muitos anos, o que leva a estigmas e preconceitos que precisam ser superados pelos educadores comprometidos com o processo e que trabalham incansavelmente para promover avanços.

A INCLUSÃO E SEUS DESAFIOS

Os desafios da inclusão no país são inúmeros, e os educadores precisam enfrentar diariamente uma série de questionamentos que colocam em dúvida o progresso alcançado até o momento. A integração é fundamentada na diversidade, mas frequentemente a sociedade estabelece um padrão normativo para o ser humano, o que dificulta ainda mais o processo.
É de suma importância contar com uma legislação que assegure as condições necessárias para uma educação abrangente, fundamentada nos direitos humanos. Para tal, é vital reconhecer os obstáculos existentes entre as teorias que promovem a educação inclusiva e a realidade presente nas escolas, e com base nesses obstáculos, desenvolver um ensino personalizado que se adapte à diversidade dos estudantes. Para promover o desenvolvimento adequado da educação abrangente, é necessário enfrentar os seguintes desafios:
a) Universalidade da escolarização: é essencial garantir que todos os estudantes sejam escolarizados em um sistema que ofereça educação equitativa e de qualidade, abandonando a concepção de que apenas conceder o acesso à escolarização seja suficiente para garantir o direito à educação.
b) Questionamento dos sistemas educacionais seletivos: é preciso eliminar os processos de exclusão que segregam os estudantes com base em critérios sociais, de gênero, culturais, linguísticos, de capacidade, entre outros. É necessária uma mudança na estrutura e na organização do sistema educacional em direção a um sistema único e abrangente.
c) Medidas pseudo inclusivas: embora a legislação educacional defenda a qualidade, a equidade e a inclusão, na prática, existem situações que vão contra esses princípios, como a escolarização de estudantes em centros de educação especial ou salas segregadas. É necessário acabar com práticas como percursos educacionais desiguais, revalidações, provas de avaliação, repetição de ano e apoios externos.
d) Culturas escolares excludentes: a escola atual é permeada pela arbitrariedade cultural e pela violência simbólica, o que gera exclusão e perpetua diferenças e desigualdades. É preciso transformar a cultura escolar para que ela seja mais abrangente e aceite outras culturas além da dominante.
Nos últimos tempos, a capacitação de professores para a inclusão educacional tem sido um tema prioritário em relatórios e discussões políticas. Existe um consenso de que a participação dos professores é essencial para a inclusão dos estudantes na educação. Para isso, é necessário reconhecer a importância central do professor na educação e enfatizar que não é possível progredir sem aprimoramento.
No entanto, diversos fatores impedem que a escola se adapte às necessidades

das crianças. Um desses fatores é a inflexibilidade do currículo, que impede a adaptação curricular de acordo com as necessidades específicas de cada estudante. Para garantir uma educação abrangente, é preciso envolver todo o sistema educacional, alocar recursos específicos para programas de inclusão educacional e avaliar e monitorar esses programas.

É preciso levantar a discussão para o caminho percorrido pela educação brasileira para concretizar seu "projeto inclusivo", que esbarrou em "equívocos conceituais e dificuldades na reorganização pedagógica", os avanços da escola brasileira nessa direção têm acontecido de forma lenta, pois ainda há "muita resistência por parte das instituições à inclusão plena e incondicional, e isso ocorre por causa da inexperiência com a diferença" (MANTOAN, 2010, p. 13).

É óbvio que a integração está se tornando cada vez mais comum em nosso dia a dia. Portanto, é essencial que a família e a escola trabalhem juntas para fornecer um suporte adequado ao estudante com autismo, visando promover seu desenvolvimento completo e significativo.
Se a inclusão é considerada o oposto de qualquer forma de segregação ou separação de pessoas, é importante questionar se o sistema educacional está realmente alcançando esse princípio de maneira eficaz. Ao aplicar esse conceito para analisar como a diversidade é abor-

atual do país.
A batalha por uma sociedade equitativa, por um mundo onde todos possam usufruir da liberdade de expressão e crença, vivendo sem receios ou privações, baseando-se no respeito à dignidade de todos os indivíduos e na igualdade de direitos fundamentais, levou à elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento simboliza um movimento global do qual o Brasil é parte integrante.

Discutir a educação inclusiva implica em transformar uma sociedade excludente, promovendo a participação de todos os segmentos sem distinção de status econômico, sociocultural, étnico, de gênero ou político. Para construir essa nova sociedade, é fundamental o envolvimento de cidadãos, autoridades governamentais e instituições sociais, incluindo a educação, que pode ser uma ferramenta para promover a igualdade e justiça social, não apenas no sistema educacional, mas também na comunidade em geral. (FACION, 2008, p. 55).

As transformações na orientação econômica vêm impactando a esfera educacional de forma significativa. Essas mudanças incluem reduções nos investimentos e a promoção de uma suposta igualdade, concedendo bolsas de estudo a estudantes considerados "excepcionais" provenientes de contextos menos favorecidos. Paralelamente, os recursos destinados ao Ministério da Educação Pública e às instituições de ensino superior públicas sofrem cortes. Há uma clara preferência pelo crescimento do setor privado em todos os níveis, ao passo que o acesso dos jovens ao ensino superior é restringido por meio de testes de admissão, excluindo assim os menos privilegiados que frequentam escolas públicas.
Estas medidas, apesar de oferecerem bolsas, acabam por perpetuar a marginalização social e a exclusão de grupos minoritários. As políticas voltadas para meninos e meninas com necessidades especiais estão em constante evolução, transitando de um modelo de escola integrada para os primeiros passos de uma escola inclusiva. Contudo, simultaneamente, são estabelecidas categorizações pela Subsecretaria de Educação Básica para definir as deficiências, o que pode resultar em segregação e afetar a dignidade das pessoas. Dessa forma, a concepção de escola inclusiva representa uma iniciativa inovadora e democrática, visando acolher indivíduos de todas as esferas sociais.
O processo de ensino nas instituições educacionais abarca o fomento da participação cívica, que pressupõe o envolvimento ativo dos cidadãos em assuntos pertinentes às suas comunidades, sejam elas familiares, profissionais, sociais ou políticas. Esse engajamento implica em solidariedade entre os integrantes de uma comunidade escolar, de modo a distribuir a responsabilidade pela instrução não apenas entre os professores, mas também entre os estudantes, autoridades, pais e membros civis. Nessa perspectiva, a educação inclusiva implica em uma corresponsabilidade por todos os participantes do processo educativo e no apoio às crianças com exigências educacionais específicas, sem rotulá-las com incapacidades físicas, visuais, auditivas ou similares.
A capacidade de acolher colegas com essas particularidades é um dos propósitos educacionais, visando integrar não somente aqueles com demandas educacionais especiais, mas também aqueles que enfrentam obstáculos para frequentar a escola, transcender a mera tolerância e fomentar uma postura ativa de aceitação e integração em todas as atividades educativas e extracurriculares por parte dos docentes e colegas. Assim, é promovida uma cultura de convivência e apoio recíproco, em oposição a uma mentalidade puramente competitiva.
Num contexto capitalista, influenciado por políticas neoliberais que enaltecem a rivalidade como chave para o êxito e bem-estar, torna-se mais complexo alcançar a idealização de uma escola verdadeiramente equitativa e justa. Contudo, as utopias têm sido forças moldadoras de sociedades ao longo da história, e a convicção de que "a educação contribui para a coesão social ao fomentar a convivência e proporcionar oportunidades de integração na vida produtiva, desenvolvimento cultural e participação nas instituições sociais" constitui o alicerce para erigir uma utopia capaz de catalisar uma mudança profunda na sociedade em termos de valores e posturas em relação às pessoas com exigências educa-

cionais específicas.
Uma abordagem educacional inclusiva reflete, portanto, os fundamentos de uma sociedade democrática, equitativa e acolhedora. A transformação política em direção a uma democracia global deve infiltrar-se na esfera educativa - tanto de forma coletiva quanto individual - para propiciar uma sociedade mais colaborativa e solidária. Essa abordagem educacional não recebeu o devido destaque de especialistas do passado, que negligenciaram temas relacionados à educação especial, políticas de integração ou educação inclusiva.
A inclusão no campo educacional requer não apenas uma visão nacional, mas também internacional, como propósito político para os países membros das Nações Unidas. Assim, é imperativo reconhecer que, para a UNESCO (1990):

Inclusão é um movimento que visa transformar os sistemas de ensino para responder à diversidade dos alunos. É imprescindível a efetivação do direito à educação com igualdade de oportunidades e está relacionada ao acesso, permanência, participação e aproveitamento de todos os alunos, com especial destaque para aqueles que por motivos diversos são excluídos ou em risco de serem marginalizados.

A estratégia educacional voltada para crianças com necessidades educativas especiais em todas as regiões não seguiu uma linha uniforme ao longo do tempo: inicialmente, partiu de uma abordagem segregacionista e separatista que sugeria a criação de espaços específicos para crianças com determinadas carências, evoluindo para a ideia de uma escola inclusiva, sem abordar adequadamente o conceito de integração escolar, como poderia ser efetivada e que adaptações curriculares seriam requeridas para atingi-la, além de que tipo de orientação seria necessária para os educadores em formação e em exercício; não se considerou também a disponibilização de assistentes para apoiar o ensino em sala de aula ao lidar com alunos com essas especificidades.
No momento atual, as transformações democráticas devem permear o ambiente escolar, visando moldar os futuros cidadãos sob uma perspectiva de sociedade renovada. A democracia no campo educacional começa com a inclusão na escola, assegurando que nenhum indivíduo seja excluído e que todos - crianças, adolescentes, adultos, homens e mulheres, com ou sem incapacidades - tenham suas necessidades educacionais essenciais atendidas.

[...] Uma das diferenças fundamentais entre os cientistas naturalistas e os socialistas está na maneira como encaram as diferenças na constituição biológica das pessoas. Quando vista como uma barreira socialmente intransponível, a disfunção biológica resulta na exclusão das pessoas de atividades que sua condição dificulta. A exclusão é justificada, inicialmente, com a espera de avanços científicos que possam corrigir biologicamente a anomalia. Porém, enquanto essa correção não ocorre, as barreiras aumentam, uma vez que a exclusão em si cria outras barreiras ao desenvolvimento intelectual, num ciclo contínuo. Assim, a deficiência é gerada. (TUNES, 2003, p. 9)

Essa concepção vai além da simples expansão dos serviços educativos, levando em conta os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais dos alunos, com o intuito de promover a aquisição de competências que facilitem a aprendizagem, aprimorem a qualidade de vida e impulsionem o desenvolvimento econômico, social e cultural, resultando em uma melhoria das aptidões profissionais e da qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração educacional de alunos com demandas educacionais especiais ainda representa um obstáculo a ser superado. É imprescindível fomentar uma transformação de mentalidade e conscientizar a sociedade sobre a importância de valorizar a diversidade e garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de excelência.
Para tanto, é fundamental investir na capacitação docente, em recursos pedagógicos e tecnológicos, e em políticas governamentais que assegurem a inclusão e a permanência desses alunos na escola.
A pedagogia especial é um direito e uma necessidade, que deve ser garantido a

todos os estudantes que dela necessitarem.

A aplicação de abordagens educacionais diversas e personalizadas, juntamente com a promoção dos métodos de ensino e aprendizagem, são estratégias didáticas que têm como meta garantir a equidade e a participação justa de todos os alunos, independentemente de suas circunstâncias individuais. Essa abordagem está ligada às cinco categorias de práticas inclusivas do ensino e reconhece a variedade dos estudantes dentro de uma comunidade escolar, exigindo res-